

ALGUNS PRESSUPOSTOS PARA O ENSINO DE LÍNGUA ADICIONAL*

Muitos estudos e pesquisas sobre o ensino de línguas discutem as bases conceituais do trabalho pedagógico. Há algum tempo, destacam-se a natureza sociocultural da linguagem e o caráter sociointeracional da aprendizagem. No entanto, ainda há professores que não se debruçam sobre essa questão e parecem carregar sua bagagem de práticas irrefletidamente. De todo modo, todos atuamos a partir de nossas concepções e crenças, que foram se constituindo na confluência tempo-espaço-história-cultura. Nossas decisões, práticas, prioridades, questionamentos e inquietações evidenciam nossa formação, nossos percursos como alunos e professores. O desafio é convergir essas diferentes experiências para um objetivo – no caso, a educação linguística e o desenvolvimento da competência intercultural dos alunos da Rede Municipal do Rio de Janeiro, como estão propostos nas Orientações Curriculares para o ensino de Língua Inglesa.

Um dos pressupostos do documento curricular é a visão da linguagem como fenômeno social e histórico. Interessa-nos a língua “viva”, no sentido discutido por Bakhtin (2000), ou seja, vinculada ao contexto de uso, à cultura e à história dos sujeitos envolvidos. Essa visão contrapõe-se a concepções formalistas / estruturalistas que abordam a língua apenas como um sistema regular, estável e dissociado de contextos e sujeitos. Uma visão discursiva implica o reconhecimento da forma como essencial para a construção dos sentidos, mas sempre sujeita às variações do contexto imediato e do contexto sociocultural mais amplo em que o sujeito está inserido. Ou seja, o que é dito e o modo como é dito dependem de quem disse o que, para quem e de que lugar o discurso é produzido.

Dessa perspectiva, decorrem alguns entendimentos sobre a aprendizagem de língua adicional. Um deles é a necessidade de expor os alunos a uma diversidade de instâncias de uso da língua e de lhes dar oportunidades de vivenciar o código linguístico em contextos comunicativos que, embora didaticamente tratados, espelhem interações reais, face a face ou mediadas por outros recursos. Por isso a importância dos atuais recursos digitais, que podem trazer, para a sala de aula, mensagens produzidas de forma multimodal.

UNIDADE 09 – 04/10/2017

Em uma palestra promovida pelo British Council (disponível online – link abaixo), Michael Swan comenta que, ao longo da história do ensino de língua e da linguística, as tendências oscilam, como um pêndulo, entre forma e sentido; controle e liberdade, imitação e expressão; conhecimento e habilidade; aprendizado e uso. Em sua avaliação, desde a “revolução comunicativa” (em suas palavras) iniciada há 30 anos, estamos pendendo para o uso. Nesse período, constatou-se que, com a apresentação e a análise linguísticas, com o ensino de vocabulário e pronúncia, com os tradicionais exercícios estruturais e a massiva correção de erros, muitas vezes os professores matavam a autoconfiança dos alunos, que acabavam não sabendo usar a língua. No entanto, com o balanço do pêndulo, chegamos ao outro lado, lembra Swan, com alunos que usam a língua, mas com lacunas no seu aprendizado, no que se refere à correção da forma. Para ele, “fazer coisas com a língua”, envolvendo os alunos em conversas e em atividades de leitura e compreensão oral, não ensina, automaticamente, o mecanismo linguístico. Assim, ele considera que o ensino de gramática em certa medida tem, em longo prazo, um efeito positivo na produção dos alunos.

A partir dessas reflexões, cabe esclarecer que nossa proposta não é discutir em termos de exclusão – *this is not an either/or discussion* – quanto a ensinar estruturas e vocabulário ou não. Entendemos que os aprendizes dependem da mediação do professor para sistematizar o conhecimento e perceber o funcionamento linguístico. Mas queremos levantar alguns pontos, tais como: em que momento do processo se deve ensinar gramática, quanto de gramática ensinar e como. Em que medida essa ação é contextualizada, significativa, integrada a outros saberes e voltada para a autonomia do aprendiz? É preciso considerar os objetivos (linguísticos, interculturais e educacionais), características e demandas da formação dos alunos no Ensino Fundamental, que, nas nossas escolas municipais, começam a estudar Inglês no 1º ano.

A avaliação é inerente à ação pedagógica e, portanto, deve ser pautada pelas mesmas concepções. Sendo assim, a avaliação não se constitui em uma etapa final. A avaliação formativa pressupõe a existência de vários momentos para se observar os alunos, recorrendo a diferentes instrumentos ou procedimentos. Contudo, o objetivo não é um mero levantamento de erros e fracassos, uma vez que, na ótica do conceito de interlíngua, os erros são vistos como estratégia e como indício do processo de aprendizagem, cabendo ao professor atuar didática e sistematicamente a partir deles, procurando dar espaço para que o aluno realize aquilo que é próprio do ser humano: o fazer e o agir mediados pela língua.

INTERAÇÕES

PEDAGÓGICAS

MÓDULO 6º AO 9º ANO

UNIDADE 09 – 04/10/2017

*O presente artigo inclui trechos do fascículo Multieducação Temas em Debate e de uma palestra do professor Michael Swan:

RIO DE JANEIRO. Secretaria Municipal de Educação. **Multieducação:** o ensino de línguas estrangeiras. Rio de Janeiro, 2008. (Série Temas em Debate).

Michael Swan's talk: http://englishagenda.britishcouncil.org/continuing-professional-development/teacher-educator-framework/knowing-subject/some-things-matter-grammar-teaching-and-some-things-dont?utm_source=BC_TE_Facebook&utm_medium=social&utm_campaign=EA